

# ALFABETIZAÇÃO E A DINÂMICA DISCURSIVA NA SALA DE AULA

ZANLORENSE, Maria Josélia -UNICENTRO  
E-mail: [mjzanlorense@bol.com.br](mailto:mjzanlorense@bol.com.br)

BATISTA, Ubiratan Augusto Domingues  
E-mail: [uadbatista@yahoo.com](mailto:uadbatista@yahoo.com)

Área Temática: Educação: Teorias, Metodologias e Práticas  
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

## Resumo

Este trabalho pretende apresentar reflexões sobre a alfabetização, questionando qualidade, ideologia, métodos e o uso dos materiais didáticos na escola; que apresentam a escrita como um elemento descontextualizado da vida do aluno. O emprego da mesma apregoa o ensino apenas de fonema/grafema sem levar em conta o pensar da criança; não valorizando o discurso da mesma como oportunidade de aprendizagem e a função real da escrita na sociedade. Buscamos com este estudo averiguar o processo de alfabetização por meio do discurso do aluno e nas interações entre as crianças na sala de aula, visto que com este proceder procuramos proporcionar uma aprendizagem em que cada criança tivesse o conhecimento do que e para que estava escrevendo. O presente artigo resultou de uma pesquisa qualitativa, de cunho participativo, visando averiguar o processo de ensino aprendizagem da criança em fase de alfabetização, além de um aprofundamento teórico a respeito do tema. Neste pensar é que fundamentados nas pesquisas de Kato (1998), Kramer (2001), Kleiman (1998), Cagliari (1998), Smolka (1991), e Soares (2004), é que nos possibilitou um aprofundamento acerca dos conceitos referentes a alfabetização e letramento nas séries iniciais. Também esta análise bibliográfica, juntamente com a realização da pesquisa, nos proporcionou um pensar sobre o papel político do professor em que o mesmo pode oportunizar momentos de reflexão sobre o porquê e para que se escreve, permeando esta escrita de sentido, para que o aluno perceba ser a escrita algo que expressa pensamentos, intenções, enfim, que o mesmo compreenda sua função social e saiba relacionar-se através dela na sala de aula e na vida. Sobre esta ótica entendemos que alfabetizar dentro desta perspectiva, por meio do discurso do aluno, contribui satisfatoriamente na aquisição da linguagem escrita, além de contribuir de maneira positiva na convivência entre os alunos e, alunos-professor.

**Palavras-chave:** Escrita; Discurso; Alfabetização.

## Introdução

A alfabetização é um assunto questionado por todos aqueles que se envolvem com o referido tema, assim como sua qualidade em nosso país, em que é apresentada por certos estudiosos como algo que deve ser avaliado, valorizado e defendido, porém, há quem diga que a mesma deve ser repensada na sua aplicabilidade e clientela no âmbito de sala de aula.

Com base nos trabalhos de Soares (2004) e Rojo (1998), que abordam a questão da alfabetização das crianças das classes populares do Brasil. Este trabalho pretende realizar uma análise dos estudos em que os pesquisadores relatam a ausência do discurso da criança em sala de aula, como elemento de compreensão da função social da escrita, visto que o conteúdo destes documentos abordam, além do discurso, o letramento, que vai além da posse individual de habilidades e conhecimentos da leitura e da escrita implicam em, e principalmente, o domínio destas e o seu uso efetivo na sociedade. Apesar de muitas discussões sobre alfabetização, nossa sociedade ainda enfrenta o problema do mau desempenho destas crianças, que não têm em seu cotidiano o uso efetivo de textos com suas funções reais, prática esta que proporciona as crianças o conhecimento da sua aplicabilidade na sociedade por meio do contato e do uso desta, que seria o meio para a compreensão da função social da escrita.

Fazem-se também observações a respeito dos materiais didáticos, em que a escola faz uso, como único caminho a ser seguido, como um modelo escolar deixando de aproveitar o contexto da sala de aula onde surgem inúmeras oportunidades de registro do diálogo das crianças possibilitando assim, que elas atribuam sentido nas palavras que estão sendo discutidas no momento, registrando o que pensam, sentem, gostam, enfim, que a escola, na pessoa do professor proporcione para o aluno oportunidade de relacionamento, de interação entre professor e alunos e alunos entre si, para que aconteça a apropriação da escrita de maneira contextualizada, por meio da mediação do educador e com a participação significativa entre colegas.

## **O alfabetismo no Brasil**

Para entender melhor o tema abordado, busca-se com este artigo conhecer os estudos sobre a questão do letramento e a prática discursiva de alfabetizar sob o enfoque interacionista que norteia o estudo sobre o tema “Alfabetização e Letramento” abordado por diversos autores que questionam sobre a alfabetização no Brasil e por meio de seus escritos iniciar esta reflexão a respeito deste assunto que é muito discutido entre diversos educadores brasileiros.

Soares (2004), em seu livro *Alfabetização e Letramento*, apresenta uma reflexão sobre o assunto que é o título de sua obra e busca levantar questões à respeito do fracasso escolar das crianças, principalmente as pertencentes às classes populares que encontram-se na escola pública e por algum motivo não correspondem ao conteúdo que lhe é apresentado

como proposta para ler e escrever. A partir destas questões, que são analisadas na obra da mesma, estas crianças são consideradas problemáticas, tornam-se repetentes e acabam por evadir-se da sala de aula.

Estes e outros motivos é que devem despertar nos educadores reflexões sobre a maneira de alfabetizar, levando em consideração a realidade sociocultural da criança, pois estes quesitos são primordiais para iniciar o processo de alfabetização do aluno.

Sugere a autora que deve ser analisada toda a qualidade da alfabetização, desde o currículo, método, considerando também fatores extra-escolares, entre eles a alimentação, saúde, higiene e programas de aperfeiçoamento dos alfabetizados. Além destes, discute a qualidade e o conceito que a alfabetização tem no Brasil, o modo como à mesma é avaliada, que envolve questões políticas e ideológicas e é oferecida ao sujeito conforme o nível social a que pertence. A esse respeito, a autora (SOARES, 2004 p.54) relata o seguinte:

Uma outra conclusão propõe questões que são essencialmente ideológicas e políticas, e apenas secundariamente são questões técnicas; ao construir a “coisa” que para nós será a qualidade da alfabetização. Determinando-lhes as condições, estaremos constituindo um objeto marcado historicamente, socialmente e culturalmente, portanto estaremos agindo ideologicamente e politicamente e a decidir se a todos será dado o mesmo, ou a cada um, segundo as características de seu contexto de vida, estaremos nos aproximando ou nos afastando da justiça social.

Com estas palavras podemos observar a influência das decisões políticas e ideológicas na educação apresentada pela autora acima citada. E este pensar proporciona uma melhor reflexão sobre as questões políticas e sociais no contexto histórico brasileiro.

Sendo então o letramento o domínio e uso pleno da escrita numa sociedade letrada, qual seria a causa da não correspondência dos que freqüentam os bancos escolares, principalmente do ensino público? Soares (2004) apresenta então como proposta a busca de um método para alfabetizar:

Diante do assustador fracasso escolar, na área da alfabetização, e considerando as condições atuais de formação do professor alfabetizador, em nosso país, estamos, sim, em busca de um método, tenhamos a coragem de afirmá-lo. Mas de um método no conceito verdadeiro desse termo: método que seja o resultado da determinação clara de objetivos definidores dos conceitos, habilidades, que caracterizam a pessoa alfabetizada, numa perspectiva psicológica, lingüística e também (e talvez, sobretudo) social e política. (SOARES, 2004, p.95)

Segundo a autora o método proposto não serve apenas para a decodificação de sinais gráficos, mas que torne a pessoa alfabetizada, alguém que saiba fazer o uso das habilidades

adquiridas no âmbito escolar e consigam autonomia para se relacionar na sociedade em que está inserida.

Não se pode deixar de relatar as críticas apresentadas por diversos autores sobre o uso de cartilhas, com textos prontos, lições insuficientes distante da vida da criança. Sendo que estes materiais são preparados sem levar em conta que muitas destas crianças terão seu primeiro contato direto com o escrever na escola, pois, embora a criança conviva com uma variedade de oportunidade e contato com escrita tais como: rótulos, propagandas, jornais, etc., em seu cotidiano, dependendo do meio em que vive, nem sempre ela compreende ou aprende que esta escrita tem finalidade. É neste sentido, que Soares (2004, p.75) “alega que na escola, trabalhando desta forma, a escrita não faz sentido para a criança, pois a mesma só escreve o que a escola deseja e propõe, sendo a alfabetização algo alheio à realidade social e cultural a que pertence o sujeito”.

Afirma Cagliariari (1998, p.66) que as cartilhas dirigem demais a vida do aluno na escola, em que o mesmo tem de seguir apenas um caminho, por onde passam todos; só podem pensar conforme o método manda e fazer apenas o que está previsto no programa, quando a criança precisa sair dessa forma de aprendizagem com elementos já dominados e depara-se com o desconhecido não sabe progredir.

Neste momento aparece a dificuldade de apregoar o uso real da escrita como forma de expressão de pensamento e comunicação entre os demais com quem se relaciona. Neste sentido a aparente dificuldade que pode ser atribuída apenas como uma técnica de ensino não muito refletida em favor da prática social, é então interpretada de diversas maneiras e uma delas é a dificuldade de aprendizagem com repetências e evasões escolares.

Soares (2004), em seu trabalho adota uma perspectiva discursiva, que considera a dimensão social em, que vive o aluno. Devem-se, por este método, contextualizar aluno e escrita, atribuindo sentido as palavras que a criança registra, para que a mesma compreenda ser esta um conjunto de fenômenos e expressões culturais e sociais pela qual pode-se externar seu pensamento e estabelecer relacionamento daquilo que se diz ou se quer dizer utilizando a escrita. Neste momento, as crianças poderão compreender seu uso através de hipóteses, tentativas do criar e desvelar, deixando a escrita artificial apresentada pelo uso da cartilha e atribuindo a função social na proposta da interlocução real, numa perspectiva sociolinguística, passando também a criança a compreender as diferenças da fala existente em nosso idioma, sua relação, semelhanças e diferenças entre oralidade e escrita. Desta forma, então, ela passa a

corresponder ao ensino proposto e ocorre a inserção do sujeito, principalmente das classes populares no mundo letrado.

A escola deve promover o alfabetismo, isto é, proporcionar condições em sala de aula para conduzir as pessoas a uma aprendizagem significativa, com potencial para compreender e interagir nas relações existentes na sociedade, na vida. E, a partir de então, o sujeito passa a transformar seu modo de pensar e também sua realidade, pois a partir do momento em que este passe a refletir à respeito do que quer expressar através da escrita, a ele é oportunizado o pensar sobre o que quer escrever. A escola possibilitando este pensar estará oportunizando o sujeito a refletir sobre as situações que lhe são apresentadas, o que proporciona decisões assumindo uma postura crítica frente as opiniões, ou seja, criar-se-ia não só oportunidade de aprender a ler, escrever, interpretar, mas junto destas, aprender a pensar, formar consciência, refletir sobre o que lhe é proposto. Desta forma a alfabetização deixa de ter a simples função de decodificação para assumir realmente sua finalidade social.

### **O papel do professor e o uso do discurso do aluno no processo de ensino aprendizagem na escola.**

Partindo destas observações e estudos os autores apresentam reflexões sobre o papel do alfabetizador, afirmando que o mesmo deve compreender e interpretar a realidade do aluno dentro das facetas citadas por Soares (2004, p. 24), e neste conjunto de condicionantes sociais, construir então sua prática pedagógica, assumindo uma postura política diante do seu trabalho dentro da sociedade, passando a formar pessoas aptas ao uso da leitura e da escrita, dominando-as e incorporando-as em seu cotidiano como expressão/compreensão, usando-as em seu contexto de vida como instrumento de promoção de mudança social, na realidade em que o sujeito está inserido.

A primeira exigência, que poderia reduzir os pontos de conflitos, certamente implica a presença de um professor extremamente sensível às diferenças culturais, tanto para a leitura e a interpretação do discurso do aluno. Quanto para criar os suportes necessários para a compreensão mútua, condição necessária para a aprendizagem. (KLEIMAN, 1998, p. 178-179).

Ao tomar posição, consciente de seu papel na sociedade, o alfabetizador poderá proporcionar, em sala de aula, um ambiente de aprendizagem em que a criança passe a ter

oportunidade de expressar-se interagindo com o professor e com os colegas, experimentando a escrita com suas funções pessoal e social.

Que a experiência de aprendizagem da escrita seja proporcionada através do discurso da criança, e este discurso, ao ser escrito, seja fruto de reflexão sobre momentos ou acontecimentos que façam parte da vida do aluno, sendo então uma aprendizagem permeada de sentido, e assumida nesta perspectiva, o educador contribuirá para que a escola deixe sua forma descontextualizada de alfabetizar e passe a preparar alunos de maneira que os leve a unir pensamento e linguagem escrita, fazendo-os descobrir suas diversas funções, para que esta passe a ser usada em seu cotidiano. Desta forma, a escola na pessoa do professor, ajudará a criança a ampliar o universo de seus conhecimentos e, quando necessário, explicar a elas o que elas ainda não sabem o que fizeram e por que fizeram nas suas tentativas de aprendizagens, e o que precisam fazer para progredir nesta caminhada escolar, pessoal e social.

Nesta perspectiva, ao assumir o papel do outro, como quem contribui para a elevação e desenvolvimento do ser em formação, haverá então uma ação consciente da parte do educador, que contribuirá para que lentamente mude-se a realidade do analfabetismo das classes populares no Brasil proporcionando a elas a oportunidade a que têm direito.

Ante as formas de proporcionar a aprendizagem ao aluno através do discurso Soares (2004), apresenta seu conceito sobre a aquisição da escrita e o papel do educador, quando afirma que:

Além de se permitirem escrever palavras “não treinadas” construindo e experimentando hipóteses sobre as correspondências fone/letra, utilizam a escrita com as funções pessoal e interassional: expressam seus sentimentos, interagem com a professora. Demonstra ter da escrita um conceito adequado: um meio de chegar a um interlocutor ausente e de atingir um objetivo pessoal de interação. (SOARES, 2004 p. 76).

A alfabetização assumida desta forma pelo professor proporcionará uma compreensão da sua dimensão ampla na sociedade, sua utilidade além de fazer com que o aluno escreva os momentos que vivem em sala de aula, participando ativamente desses momentos. E para tanto se compreende que ele aprende desde sua infância, que pode opinar, sugerir, contribuir, fazer parte do ambiente em que está inserido. Assim a escola abre espaço para que a criança se expresse, aprenda a participar, a opinar, aprenda a expor o que pensa. Estes momentos contribuirão para que o mesmo não seja um sujeito isolado, alheio, mas tome posição perante

os assuntos propostos, conheça a diversidade de opiniões, conhecimentos e realidades existentes junto aos colegas, troquem idéias, interajam com o grupo, enfim, que a escola permita existir um relacionamento simétrico e assimétrico, isto é: do aluno com ele mesmo e com o outro, e ambos como membros participantes da sociedade. Com isso a escola deixará seu caráter artificial de decodificação de palavras, apenas preocupando-se com fonema/grafema através da repetição, sendo esta prática algo que supria as necessidades de um determinado momento histórico, nos momentos atuais é preciso ir além destas habilidades para não ficar à margem da sociedade, o que Soares critica claramente quando diz que:

É necessário, porém que se avance para além desta etapa inicial de acesso à língua escrita, alterando-se as condições de leitura e produção de texto na escola, de modo que a criança conviva com regras discursivas do texto escrito e possa, assim, construir seu conhecimento e fazer uso delas. (SOARES, 2004, p. 113)

Smolka (1991), com esta mesma visão sobre a alfabetização, aborda a temática do discurso em sala de aula. O ensino da língua oral e escrita não é, para a autora, apenas um objeto de conhecimento na e da escola, com uma única intenção de ensinar e transmitir. Deveria então a escola fazer funcionar esta escrita, em seu interior como algo que ligue um aluno a outro, que eles se entendam e passem a conhecer que a escrita é uma linguagem que comunica, que diz, que expressa, estabelece relações, através dela interage-se com o mundo, mostra-se o pensamento.

Poder-se-ia dizer que a escola não pode apenas transmitir, mas deve criar proporcionar momentos que construa no sujeito um conceito adequado do uso da escrita em sua vida. Ao contrário disso, a mesma é antes desaprendida do que aprendia sua função social não é assimilada pelo aluno e, também não é considerada pela escola, segundo Smolka (1991, p.49): “nesta situação, como em inúmeras outras do contexto escolar, o ensinar e o aprender a ler e a escrever se deslocam e se diluem nas questões disciplinares.”

Desta forma, o domínio da escrita passa a ser de uma simples técnica, e os efeitos deste ensino são tragicamente evidentes, não apenas nos índices de evasão e repetência, mas tem como resultado uma alfabetização sem sentido, desvinculada de seu uso real, em que a criança aprende a escrita em forma de simulacro. Neste sentido, pode-se descrever a escola como aquele órgão que se preocupa com atividades motoras, impedindo ou não proporcionando à criança oportunidades de pensar.

Com este proceder, a alfabetização reduz-se a um processo individualista e solitário. Passa a ser esta atitude um empecilho, um bloqueio à transformação e à elaboração do conhecimento crítico, sem oportunidades de elaboração entre sujeitos aprendizes em sala de aula, construindo a idéia ou mito da auto-suficiência, surgindo os fracos e incompetentes como justificativa para a não compreensão e assimilação da aprendizagem. Agindo assim, a escola deixa de proporcionar aquilo que todos têm o direito e a necessidade, que é o exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita e pode passar a impedir o indivíduo de usá-la em seu benefício para suprir as necessidades que este poderá encontrar no contexto cultural e social em que vive.

Sendo então a alfabetização um conjunto de práticas sociais e tendo a escrita como sistema simbólico, Smolka (1991, p.69), ressalta o papel do interlocutor como de suma importância para que aconteça, no contexto da sala de aula, a compreensão por parte da criança do uso da escrita. Pois já que esta escrita precisa ser sempre permeada por um sentido, por um desejo, isto implica ou pressupõe sempre um interlocutor. O papel do outro é fundamental para o aluno perceber o sentido daquilo que escreve, e desta forma, ele aprende que através do que se escreve terá alguém para ler e compreender aquilo que se tem a intenção de transmitir. É nesses momentos de interação que a linguagem escrita se cria se transforma e constrói como conhecimento.

Dessa forma, quando se dá ênfase na escritura espontânea do aluno, quando o mesmo pode expressar livremente suas idéias através de textos sobre sua realidade de vida, registro de acontecimentos, todo e qualquer modo que favoreça o entendimento de para que serve saber ler e escrever, confirma-se a capacidade que a criança tem de saber usar, de registrar o que pensa, construindo relatos e enunciados já no início da alfabetização. Fugindo dos temas dos livros didáticos, certamente a criança terá um conceito diferenciado das funções da escrita porque está fazendo uso dela. Como diz Smolka (1991) “As crianças aprendem a escrever escrevendo e, para isso, lançam mão de vários esquemas: perguntam, procuram, imitam, copiam, inventam, combinam (...) As crianças aprendem um modo de serem leitoras porque experimentam a escrita nos seus contextos de utilização.”

Portanto, esses momentos revelam a capacidade criadora do sujeito ao mesmo tempo em que proporciona profunda compreensão por parte da criança, pois a mesma percebe que pode usar esta escrita para fazer e refazer, dizer o que quer mudar construir inúmeras possibilidades de contar o que deseja e revelar seu ser. Expondo-se pela escrita, ela mostra o

que é o que quer e precisa, isto facilita inúmeras oportunidades para que o educador a conheça em sua essência e cultura e a partir daí crie-se oportunidade e avance para uma aprendizagem significativa.

Através do jogo de palavras pode-se ampliar o que já conhece ir além, descobrir que nestas palavras colocam-se as emoções, através da interação, proporcionar oportunidades de exteriorização do dizer de cada um, surgindo diálogos, troca de idéias, momentos intensos de interdiscursividade, oportunizando reflexões, questionamentos sobre determinados assuntos que permeiam o ambiente escolar e, também, a vida de cada aluno, promovendo então esta interação entre as crianças, com temas que venham a contribuir para que o aluno reconheça a utilidade da escrita na sociedade em que está inserido.

Com isso se coloca a questão política e pedagógica do papel da escola, objeto de crítica de Smolka (1991 p.128), que diz: “a escola tem ensinado as crianças a escrever, e não a dizer”, apresentando então a partir deste comentário um caráter ideológico em que se tem um objetivo para os resultados existentes no ensino brasileiro. Com esta intenção, o proceder da escola camufla uma realidade, pois para muitos não convém que seja exposta. Assim, aqueles que não conseguem acompanhar o que a instituição escolar propõe, continuam sendo vistos como incapazes, sendo banidos dos bancos escolares e aumentando o índice do analfabetismo em nosso país.

Neste sentido é que Smolka (1991, p.112), afirma: “não convém que elas digam o que pensam que elas escrevam o que dizem que elas escrevam como dizem, (porque o “como dizem” revela as diferenças)”.

Deste modo, vemos que a escola, no que concerne ao compromisso com a alfabetização, usando suas intenções ideológicas, está distante de superar suas deficiências, enquanto continuar buscando primordialmente a perfeição gráfica, não permitindo a exploração da língua escrita como expressão de pensamento, interação social, conjunto de práticas sociais e linguagem constituída de sentido. E deixa acontecer em seu interior institucional apenas a repetição de palavras e frases formuladas, que vem resultar em alunos que não se identificam com este ambiente, não conseguem abranger, e compreender o pensar da escola que ao apresentar modelos didáticos descontextualizados, impedem o aluno de criar e aprender a escrita como prática discursiva entre professor e alunos.

Nesse sentido, enfatiza Soares (1998, p.119) que “Assim quando Paulo Freire se insurge contra as lições que falam de Evas e uvas (...) está se insurgindo contra a

alfabetização considerada apenas aquisição/decodificação e não como ato de reflexão, de criação, de conscientização, de libertação.”

Mais do que uma aquisição de técnica, a alfabetização deve proporcionar aos alunos comunicarem seus discursos, assumindo seu papel na sociedade enquanto sujeito ativo, assim a escola vai criando oportunidades de que ele assuma seu dizer, tomando posição como cidadão, isto facilitará sua relação com a escrita, proporcionando seu emprego nas diversas situações de uso. Assim, as pessoas são capazes de desenvolver perfeitamente o domínio da leitura e da compreensão das informações escritas que lhe vão sendo apresentadas para não serem exclusas da sociedade.

Kleiman (1998), também investiga o fenômeno do letramento mediante a análise da interação de sujeitos letrados e não letrados no contexto escolar e como se dá o processo de transformação social através da linguagem, privilegiando a interação em sala de aula. Defende a ocupação da linguagem como elemento central na aprendizagem, destacando a dimensão instrumentadora e capacitadora que a escrita tem na sociedade. Portanto, a alfabetização não deve ser na vida da criança algo imposto, mas deve ser uma descoberta, um desenvolvimento de relações da criança com a escrita, fazendo o alfabetizador, acontecer uma interação entre alunos.

A este respeito, Kleiman (1998, p. 192), observa que: “Através das práticas discursivas em sala de aula que propiciem de fato as condições necessárias para os alunos construírem novas identidades sociais através do processo de aquisição da escrita.”

Com este pensar, a autora, em seu trabalho, vê a interação dos alunos em sala de aula com pressuposto de alfabetização. Mostra que o educador pode fazer acontecer na escola, a função social da escrita como forma de comunicação, desenvolver neste ambiente um relacionamento onde há interação entre os sujeitos que dialogam para depois escreverem, existindo o reconhecimento do que pensa, fala, interpreta, age, enfim: com este momento acontece o sentido real da escrita. Como afirma a mesma (KLEIMAN, 1998, p. 180): “a interação se dava entre colegas que conversavam sobre uma ação que permitiria a continuidade de outra tarefa, a de criar um texto.”

Esta situação de escrita vem facilitar novas formas de analisar a linguagem discursiva que utilizam os alunos, pois, cada um dos participantes se faz de leitor do que o outro escreveu compartilhando seus conhecimentos e relacionando-os na oralidade e na escrita com

o outro. Tem, portanto, oportunidade de apropriar-se da mesma, conhecer sua utilidade social e saber usá-la em sua vida.

Outro conceito proposto nestes referenciais, entre eles, Kleiman (1998) e Soares (2004), é sobre a estrutura discursiva e o papel da escola como lugar propício para que se concretizem os aspectos ideológicos e sociais determinados por aqueles que acreditam ser o saber livresco o único a ser valorizado e reconhecido na sociedade em que vivemos. Apontando as diferenças da organização da fala a responsável pelo insucesso daqueles que são pertencentes às camadas populares em sua aquisição da comunicação formal e a aprendizagem. Kleiman, (1998, p.177), aponta uma atenção para as diferenças culturais quando afirma que “As evidências apontam, marcadamente, para a conclusão de serem as formas culturalmente determinadas de organização da fala, em grande parte, responsáveis pelas falhas ou sucessos na comunicação e, por extensão na aprendizagem”.

Deveria então a escola refletir ou renovar sua maneira de ensinar, pois a mesma não contribui para a diminuição da desigualdade do conhecimento e ressalva a autora, a importância do ambiente escolar nas séries iniciais junto às crianças pertencentes às classes desfavorecidas, a sua dificuldade de encontrar na leitura e na escrita uma atividade significativa. A escola precisa dar chances às crianças para vivenciarem o que precisam aprender, que o que aprendem tem significado na vida e para a vida.

Aponta-se também para o fato do uso destes elementos citados no ambiente familiar, que a presença da escrita em casa é uma condição necessária para que se passe a adquirir a função desta prática. Neste contexto, o letramento se desenvolve mediante a participação da criança no cotidiano dos pais. O que já não está presente na realidade das famílias dos grupos marginalizados “Se estas crianças não têm estes objetos, tais como: revistas, jornais, livros, cartas, entre outros, nem na casa, e da mesma forma na escola, também serão poucas as possibilidades de uso da escrita por ela estabelecida.” (KATO, 1998, p. 26).

É preciso então usar as práticas da escrita para fazer com que a criança dê significado ao seu uso e aprendizagem, e, portanto, é nas interações em salas de aula, através do discurso dos alunos como ferramenta de aprendizagem que se faz acontecer à interação social favorável ao exercício da cidadania.

### **Considerações Finais.**

A análise deste tema "Alfabetização e dinâmica discursiva na sala de aula" teve como objetivo tentar compreender como aconteceu o processo de ensino-aprendizagem da língua escrita, em uma dinâmica discursiva na sala de aula, por meio de atividades que fazem parte da realidade da criança e proporcione a esta escrever por meio de propostas significativas. Assim como temas e assuntos que os mesmos participam em seu cotidiano e procuram compartilhar com seus colegas em sala de aula quando entre eles surgem momentos de conversa e troca de experiência.

Ao abordar o tema alfabetização, não se pretende apenas sugerir que esta seja uma proposta única e a mais indicada ao sucesso. E que com o emprego de outros métodos não seja alcançado os objetivos desejados, porém podemos afirmar ser este estudo resultado de um caminho percorrido no decorrer de um ano letivo que permitiu observar um real resultado do vivenciar, conversar, pensar e registrar o que vivenciou-se pelos alunos. E esta veio a ser de grande apreço na aquisição da escrita por crianças de uma segunda série.

Uma outra questão a ser valorizada é a necessidade de repensar o conceito do currículo que norteia a prática escolar, visto que, nesta proposta, o aluno ao participar ativamente no ambiente alfabetizador terá maior facilidade de compreender e aplicar o uso da escrita em sua vida e atingir com ela seus variados objetivos.

Neste sentido aponte-se para que a escola dê atenção à cultura pertencente aluno e, também, reflita sobre seus métodos de alfabetização para que aconteça a vinculação entre a aprendizagem escolar e a vivência do sujeito, que a escrita deixe de ser descontextualizada e assuma na vida do aluno suas funções sociais. Para que isso aconteça, qual seria o caminho a ser percorrido ou traçado pela escola além do uso do discurso do aluno? Será que a simples utilização de determinado método de ensinar assumido pela escola na pessoa do professor é o suficiente para que se mudem as diferenças sociais no Brasil? Enquanto não se chega a uma definição sobre tantas indagações a respeito do alfabetizar e o papel da escola, uma certeza se pode ter: ambas devem favorecer e garantir a conquista da cidadania e proporcionar condições de habilidades plenas ao sujeito de viver em sociedade letrada.

## **Referências.**

CAGLIARI, Luis Carlos. "A respeito de alguns fatos do ensino e da aprendizagem pelas crianças na alfabetização". In: ROJO, Roxane (Org.). **Alfabetização e letramento: perspectivas lingüísticas**. Campinas, SP: Mercado das letras.

KATO, A. (org). **A concepção da escrita pela criança**. Campinas, SP, Pontes 1988.

KLEIMAN, Angêla B. Ação e mudança nas sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. In.: ROJO, Roxane. (org) **Alfabetização e letramento**. Campinas, SP: Mercado das letras 1998

KRAMER, Sonia. **Alfabetização leitura e escrita**. São Paulo, SP, Ática: 2001.

SMOLKA, A. L. **Acriança na fase inicial da escrita**: Alfabetização como um processo discursivo. 4º ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**, 2º ed. São Paulo: Contexto, 2004.